Ementa: Trata de contagem de tempo de serviço de aluno - aprendiz para fins aposentadoria.

Documento nº 04500.002359/2002-10

INTERESSADO Marinha do Brasil

ASSUNTO Contagem de tempo de serviço de aluno-aprendiz

DESPACHO

A Diretoria de Pessoal Civil da Marinha do Brasil submete a esta Coordenação-Geral o presente Documento com consulta sobre a contagem de tempo de serviço de aluno-aprendiz prestado pelo servidor JOSÉ REIS BARATA.

2. O referido servidor se mostrou inconformado com o indeferimento da Coordenação-Geral de Estudos e Elaboração de Normas, de 28.3.2000, e Despacho desta Coordenação-Geral de 26.12.2001, ambos embasados no mesmo fundamento, ou seja, de que tal tempo se constitui tempo de contribuição fictício, e sendo assim, não se presta para aposentadoria.

3. É preciso ressaltar que anteriormente a promulgação da Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, tal tempo de serviço, se prestado com recebimento de vencimentos as custas de Verba de Pessoal, era utilizado para a aposentadoria.

4. A partir da promulgação da citada Emenda não se considera mais tempo fictício, como é o caso em questão, bastando para tanto atentar para o disposto no § 10 do art. 40, da Constituição, na nova redação dada pela citada Emenda, nestes termos:

“Art. 40 omissis

§ 10 A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.”

5. Neste mesmo sentido, está contido no art. 4º da Instrução Normativa SEAP nº 5, de 28 de abril de 1999, vedando a contagem ou cômputo deste tempo a partir de 17 de dezembro de 1998.

6. Portanto, diante das normas legais, confirmamos o indeferimento já efetuado pelos Despachos referidos no item 2, por absoluta falta de amparo legal, que permita a contagem de tempo de contribuição fictício.

(continuação do despacho exarado no Documento nº 04500.002359/2002-10 Fls. 2)